

Matéria da "The Economist", publicada em "O Estado de S. Paulo", de 24/06/2018, "Transporte público em queda nas cidades ricas", aponta diminuição dos passageiros de transportes coletivos em muitas grandes cidades do mundo, sob o efeito das novas tecnologias de uso do automóvel.

FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

Para a Função Gestão Ambiental, o PPA 2014-2017 previu um total de R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 1,3 bilhão (90,1%) para "Proteção dos recursos naturais da cidade". Ao fim do quadriênio, foram empenhados 61,2% do planejado. O principal programa da Função, "Proteção dos recursos naturais da cidade", empenhou, ao fim dos quatro anos, R\$ 738,9 milhões (56%), e liquidou apenas R\$ 604,5 milhões, ou 45,8% do planejado.

Na execução orçamentária de 2017, a Função Gestão Ambiental apresentou execução apenas para os programas "Suporte administrativo" e "Proteção dos recursos naturais da cidade", que liquidaram 81% e 63,3% do previsto na LOA.

Quadro 14.3 - LOA 2017 – Função Gestão Ambiental (em R\$)

Programa	Descrição	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Execução % (E=D/A)
3020	Proteção dos recursos naturais da cidade	177.198.846,00	176.648.846,00	131.166.406,81	112.194.549,69	63,32%
3005	Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos	1.000,00	1.000,00	0	0	0,00%
3009	Melhoria da mobilidade urbana universal	1.000,00	1.000,00	0	0	0,00%
Subtotal		177.199.846,00	177.649.846,00	131.166.406,81	112.194.549,69	63,32%
3024	Suporte administrativo	95.254.672,00	94.754.672,00	80.807.561,40	77.179.626,50	81,02%
Total		272.455.518,00	272.404.518,00	211.973.968,21	189.374.176,19	69,51%

Fonte: Relatório anual de Fiscalização 2017, fl 369.

A principal atividade do programa "Proteção dos recursos naturais da cidade" é "Operação, manutenção e conservação de parques". Essa atividade liquidou R\$ 103,7 milhões, 98,5% do previsto na LOA, e 92,4% do liquidado em todo o programa. Esses números permitem constatar que a quase totalidade dos recursos, em 2017, foi gasta com atividades de manutenção e operação. Ações que pudessem expressar melhoria e ampliação dos recursos naturais da cidade, como "Apoio a ações ambientais" (com 6,6% da LOA aprovada para o programa), "Educação ambiental" (com 4,3%), e "Implantação de projetos ambientais" (com 9,4%), não liquidaram juntas mais do que 3,3% do total liquidado no programa, em 2017. Ainda assim, a Auditoria observou que 18 dos 96 parques, sob responsabilidade da SVMA, encontravam-se sem contratos de manejo, em 2017.

Cabe ressaltar que, em 2014 e 2015, grande parte da execução dos programas se deu com recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), e, em 2017, apenas 0,9% do total liquidado veio desse Fundo, dando continuidade a uma tendência já iniciada em 2016.

A análise das metas físicas das atividades contidas no PPA permite observar que, no acumulado dos quatro anos, apenas a atividade "Plantio de árvores" superou o planejado (118% a mais do que a meta, ou seja, 59.313 plantios a mais do que os 50.112 planejados). Entre as demais atividades, a maioria não apresentou definição de metas e, nas outras, a meta não foi atingida.

Em relação aos indicadores de desempenho, não foi possível aferir a evolução do índice de área verde por habitante, em 2017, já que os valores fornecidos por SVMA foram idênticos aos de 2016. Também são de 2016 os dados referentes à emissão de gases de efeito estufa. Neste caso, entretanto, o relatório "Emissões Veiculares no Estado de São Paulo 2016" elaborado pela CETESB, registra que, em 2016, foram emitidos 14.137 mil toneladas de Gases de Efeito Estufa (GEE) na Região Metropolitana de São Paulo, dos quais, 43,7% por conta dos automóveis. Esses números, se comparados com os de 2012 (utilizados como referência para o PPA 2014-2017), mostram uma redução de 1.190 toneladas de GEE, bem como uma queda na participação dos automóveis nessas emissões (de 49,7% para 43,7%). O histórico de emissões veiculares de GEE mostra, por sua vez, que a redução expressiva ocorreu entre 2013 e 2015, durante o período mais intenso da crise econômica, e que, entre 2012 e 2013 e entre 2015 e 2016, as emissões veiculares aumentaram. Assim, não resta claro se as ações implementadas pela SVMA contribuíram efetivamente para a redução das emissões veiculares de GEE.

A Auditoria analisou as atividades de monitoramento e recuperação ambiental dos mananciais das represas Billings e Guarapiranga, em especial quanto ao andamento da "Operação defesa das águas", e constatou que mais de 35% dos esgotos que deveriam ser coletados e tratados pela Sabesp são lançados nos corpos d'água do manancial de abastecimento do município, e que a carga poluente atual supera em mais de 900% em relação ao quanto definido pelas leis específicas de proteção aos mananciais do Guarapiranga e Billings.

No que tange ao Programa de Metas 2017-2020, considerando-se que ele cumpriu apenas o seu primeiro ano e que a periodicidade mínima das metas fixadas pelo plano é bial, não há como se avaliar o seu cumprimento ou não.

Em face dos resultados levantados pela Auditoria e expressos no RAF, pode-se afirmar que ainda é necessário desenvolver políticas que componham no tempo uma estratégia ambiental na direção de uma cidade mais sustentável.

FUNÇÃO URBANISMO

O PPA 2014-2017 previu um total de R\$ 24 bilhões para a Função Urbanismo, que conta com três programas principais. Aquele para o qual foi previsto no Plano o maior volume de recursos é "Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos", com R\$ 8,9 bilhões, ou 44,4% do total da Função. O segundo programa em volume de recursos previstos para o quadriênio foi "Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos", com R\$ 7,2 bilhões, ou 36,1% da Função. Por fim, o programa "Melhoria da mobilidade urbana universal", contou com R\$ 2,3 bilhões, 11,3% do planejado para os quatro anos de PPA. O programa "Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos" manteve uma média alta de empenho de recursos e fechou o quadriênio tendo empenhado 96,3% do total planejado para esse programa. O programa "Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos", que nos primeiros três anos manteve uma média de aproximadamente 88% dos valores previstos para cada ano, em 2017, empenhou apenas 53,4% do previsto. Dessa forma, esse programa empenhou 79,1% do planejado para os 4 anos. Já o programa "Melhoria da mobilidade urbana universal", oscilou bastante os percentuais empenhados a cada ano, especialmente em 2017, quando empenhou 8,5 vezes os R\$ 26 milhões planejados para o ano. Ainda assim, ao fim dos quatro anos de PPA, esse programa empenhou apenas 58,6% do planejado.

Na execução orçamentária de 2017, a Função Urbanismo liquidou R\$ 3,9 bilhões, ou 75%, dos R\$ 5,2 bilhões previstos na LOA 2017. Desse total, sobressaem os R\$ 2,2 bilhões liquidados pelo programa "Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos" (10,2% acima do previsto).

Quadro 15.2 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017

Programa	LOA Aprovada em R\$	LOA Atualizada em R\$ (B)	Empenhado em R\$ (C)	Liquidado em R\$ (D)	% Execução (E = D/A)	
Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos	1.979.760.199	1.979.760.199	2.386.705.785	2.384.707.540	2.182.209.950	110,23
Melhoria da mobilidade urbana universal	310.708.199	310.708.199	265.106.708	220.684.173	173.576.592	55,86
Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos	1.893.020.578	1.893.020.578	1.462.373.430	976.537.950	738.965.689	39,04
Suporte administrativo	929.298.883	929.298.883	964.716.439	820.358.230	790.287.095	85,04
Subtotal	5.112.787.859	5.112.787.859	5.078.902.362	4.402.287.893	3.885.039.326	75,99
Outros	141.901.389	141.901.389	117.120.265	63.561.871	55.466.065	39,09
Total	5.254.689.248	5.254.689.248	5.196.022.627	4.465.849.764	3.940.505.391	74,99

Fonte: Relatório anual de Fiscalização 2017, fl 409.

É também de se destacar que o total de investimentos liquidados, em 2017, foi de R\$ 221,3 milhões, ou 7% do liquidado nos programas afins.

PROGRAMA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SECOS E ORGÂNICOS

As atividades "Concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana em regime público" e "Serviços de limpeza urbana – varrição e lavagem de áreas públicas" liquidaram, respectivamente, 16,4% e 25,8% acima do programado na LOA 2017. Juntas, essas atividades consumiram 98,3% do total liquidado pelo programa, em 2017, o que demonstra que muito pouco foi executado em atividades importantes para a melhoria e ampliação da coleta seletiva de lixo. De fato, a "Ampliação e melhoria da infraestrutura para a coleta seletiva" liquidou apenas 0,5% do aprovado na LOA e "Operação e manutenção das centrais de triagem – coleta seletiva" executou 35,2% do valor aprovado para o exercício de 2017. É certo que a série histórica demonstra que houve uma redução do lixo depositado em aterros sanitários (de 99,3% para 97,7% do total recolhido) e um consequente aumento da proporção de lixo seletivo coletado (de 0,7% para 2,3%). Contudo, em que pese esse serviço de coleta seletiva estar disponível para todos os 96 distritos da cidade e para 76% da população, está ainda distante do resultado previsto para 2017, que era 10% do lixo coletado na cidade ser seletivo. Corroborando ainda com esse resultado menor da coleta seletiva o desempenho físico em quatro anos do PPA das atividades "Implantação de ecopontos" (26 implantados, dos 87 previstos), e "Implantação de centrais de triagem de material reciclável automatizadas" (2 implantadas, das 4 planejadas).

PROGRAMA MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA UNIVERSAL

Ao fim dos 4 anos de PPA, a atividade mais significativa do programa foi "Intervenções no sistema viário", que realizou mais de 11 vezes o planejado para o quadriênio, e consumiu 95,8% de todos os recursos gastos no programa nesse período. Esse desempenho foi potencializado a partir de 2015, quando as Operações Urbanas Consorciadas passaram a ser unidades orçamentárias desse programa. Em números bem menos expressivos, cite-se a "Implantação do complexo Nova Radial", que, em 4 anos, consumiu R\$ 42,3 milhões, 2,3% dos R\$ 190 milhões planejados. Os valores dispendidos relativos às demais intervenções (Plano Viário Sul; Ponte Raimundo Pereira de Magalhães; e Construção da alça do Aricanduva) foram insignificantes.

É importante registrar que, sem os recursos advindos das Operações Urbanas Consorciadas, a execução orçamentária desse programa expressaria apenas 5,4% do planejado no PPA. Como os recursos das Operações Urbanas estão vinculados às intervenções internas aos seus perímetros, é de se concluir que muito poucas intervenções em prol da mobilidade urbana universal foram executadas no restante do território da cidade.

Grosso modo, os resultados da LOA 2017 não diferem daqueles obtidos no PPA, já que, em 2017, somente a atividade "Intervenções no sistema viário" liquidou recursos (90,9% do aprovado na Lei Orçamentária), enquanto as demais atividades não tiveram nenhuma execução.

PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Do total de R\$ 7,2 bilhões previstos no PPA, o programa realizou R\$ 4,5 bilhões (62,3%). Sobressaem desse total as atividades "Operação e manutenção da rede de iluminação pública", responsável por consumir R\$ 1,3 bilhão (33,9% acima do planejado), e "Implantação de novos pontos de iluminação pública", com R\$ 79,3 milhões (36,5% acima do planejado). Cabe também referência às atividades "Manutenção de vias e áreas públicas", que consumiu R\$ 932,7 milhões, ou 88,9% do que foi planejado no PPA 2014-2017, e "Conservação de áreas verdes e vegetação arbórea", com R\$ 448,5 milhões, ou seja, 80,6% do planejado para o quadriênio. As demais atividades tiveram um percentual de realização financeira regular ou baixo, em relação ao previsto no PPA. Nessa condição, face ao impacto que têm na cidade, merecem referência, "Obras e serviços nas áreas de riscos geológicos", que executou somente 13,8% do valor previsto, e "Pavimentação e recapeamento de vias", com 36,3% do planejado. Neste caso, o resultado físico foi de 56,7% da meta planejada no PPA.

Em relação à execução orçamentária de 2017, "Operação e manutenção da rede de iluminação pública" liquidou 79,5% do previsto na LOA. Já a atividade "Implantação de novos pontos de iluminação pública" não teve nenhuma realização no exercício. "Manutenção de vias e áreas públicas" e "Conservação de áreas verdes e vegetação arbórea" liquidaram, respectivamente, 83,1% (R\$ 242.101.678) e 62,2% (R\$ 91.791.883) do que foi destinado pela LOA. Em que pese os importantes valores dispendidos, os resultados práticos dessas atividades no território foram objeto de inúmeros questionamentos da imprensa em diversos meios de comunicação.

Em 2017, as atividades "Obras e serviços nas áreas de riscos geológicos" e "Pavimentação e recapeamento de vias" foram responsáveis por liquidar, respectivamente, 13,8% e 36,3% do que lhes foi destinado pela Lei Orçamentária. Merece observação o resultado físico da atividade "Pavimentação e recapeamento de vias": a meta para os quatro anos foi fixada em 565,18 Km, mas foram realizados 320,3 Km, dos quais, 16,3 Km, em 2017.

Cabe ressaltar que a LOA aprovou, para o exercício de 2017, o valor de R\$ 1,9 bilhão para todo o programa "Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos". Contudo, foram liquidados apenas 39%, o que revela, no geral, uma execução orçamentária insuficiente.

Em trabalhos realizados, a Auditoria identificou inadequações na execução de serviços de conservação e melhorias da malha viária e das infraestruturas a ela associadas que comprometem a segurança do tráfego e a durabilidade dos serviços.

FUNÇÃO HABITAÇÃO

Em 2016, o Plano Municipal de Habitação (PMH) foi revisado pela Administração Municipal, conforme disposto no art. 293 do Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/14), e enviado à Câmara, no âmbito do PL nº 619/16, sem que tenha sido, até o momento, aprovado. Ainda que não tenha havido atualização da demanda habitacional, o PMH revisado estimou-a e classificou-a em 2 tipos de necessidades: uma, relacionada à precariedade habitacional e urbana; e outra, relacionada às dinâmicas econômicas e de crescimento demográfico.

Quadro 16.1 - Demanda Habitacional do município de São Paulo

Necessidades	Intervenções	Fonte/Data-base	Intervenção no Território	Novas Unidades Habitacionais	Políticas de Regulação do Mercado de Aluguéis	Síntese das Necessidades Habitacionais
						830.192 domicílios
Necessidades Relacionadas à Precariedade Habitacional e Urbana	Favelas e Loteamentos Irregulares	Habitasampa/abril/2016	740.239	89.953	-	20.702 domicílios
	Conjuntos Habitacionais Irregulares	SEHAB/2009	20.702	-	-	80.389 * domicílios
	Cortiços	SEHAB-SEADE/2009	68.331	12.058	-	15.905 pessoas
	População em Situação de Rua	FIPE/2015	-	15.905	-	103.664 domicílios
Demandas Relacionadas às Dinâmicas Econômicas e de Crescimento Demográfico	Cohabitação Familiar	CEM-FJP-Censo/2010	-	103.664	-	147.151 domicílios
	Crescimento Demográfico até 2032	Sehab/2016	-	147.151	-	187.612 domicílios
	Ônus Excessivo com Aluguel	CEM-FJP Censo/2010	-	-	187.612	47.443 domicílios
	Adensamento Excessivo (em domicílios alugados)	CEM-FJP Censo/2010	-	-	47.443	
Estimativa da Demanda por Tipo de Intervenção			829.272 domicílios	368.731 domicílios	235.055 domicílios	

* Utilizados os dados do PMH de 2009 baseados em estimativas da Fundação Seade sendo adotado o percentual de 15% para o desadensamento dos cortiços. Nota do PMH – Caderno para discussão pública pag. 23

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 436.

Nos cadastros de demanda habitacional, de dezembro de 2017, constavam 1,3 milhão de inscritos, sendo que somente 120,3 mil possuem o cadastro atualizado, sendo elegíveis a unidades habitacionais.

PROGRAMAS

Dois programas da Função Habitação são responsáveis por atender às necessidades habitacionais, mas, de forma bastante clara, expressam uma inversão de prioridades do executivo municipal entre o planejado inicialmente no PPA 2014-2017 e o executado ao fim do quadriênio. Para o programa "Proteção dos recursos naturais da cidade", o PPA previu R\$ 4,3 bilhões, mas empenhou apenas R\$ 266,1 milhões (6,2% do planejado). Em sentido contrário, para o programa "Acesso à moradia adequada" o PPA previu R\$ 2,77 bilhões e empenhou 100%.

A LOA 2017 confirmou essa inversão. Para o programa "Acesso à moradia adequada" foi destinado R\$ 1 bilhão e para "Proteção de recursos naturais da cidade", R\$ 406,5 milhões. Entretanto, os valores liquidados, em 2017, ficaram em 47,9% e em apenas 10,2%, respectivamente.

Quadro 16.3 - Execução Orçamentária da LOA 2017 (Em R\$)

Programa	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E=D/A)
3002 - Acesso à Moradia Adequada	1.021.307.289,00	750.275.277,92	592.308.202,87	488.870.314,78	47,87%
3020 - Proteção Recursos Naturais da Cidade	406.469.814,00	92.491.757,55	60.190.754,12	41.307.831,74	10,16%
3024 - Suporte Administrativo	230.608.622,00	195.874.657,30	176.035.000,40	157.883.712,16	68,46%
TOTAL	1.658.385.725,00	1.038.641.692,77	828.533.957,39	688.061.858,68	41,49%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 442.

Programa Acesso à Moradia Adequada

No programa "Acesso à moradia adequada", a atividade "Construção de unidades habitacionais" entregou, ao fim dos 4 anos de PPA, 11.617 unidades habitacionais, apenas 16% do que foi planejado para o período, tendo consumido R\$ 842,7 milhões (59,6% do previsto no PPA). A atividade "Urbanização de favelas" também consumiu um valor importante do Programa (R\$ 840,6 milhões, ou 19,7% acima do planejado para o quadriênio), mas beneficiou somente 2.500 famílias (2,84%), das 88.025 famílias que o PPA previa beneficiar em 4 anos. A atividade que mais famílias beneficiou foi "Regularização fundiária", que, com 53,8% dos valores planejados no PPA, atendeu a 238.227 famílias, 17,8% a mais do que foi previsto na elaboração do PPA. Por fim, a atividade "Verba de atendimento habitacional – aluguel social", previa beneficiar 134.700 famílias em 4 anos, mas atendeu a 113.188 famílias (84,03%), tendo, nesse caso, consumido nesse período, R\$ 489,9 milhões (56,5% acima do planejado).

Quadro 16.9 - Evolução dos Serviços

Projeto/Atividade	Produto	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Verba Atend. Hab. - Aluguel Social	famílias beneficiadas	23.605	27.788	26.798	29.998	28.602	136.791
Construção de Unidades Habitacionais	u.h. entregues	200	2.004	3.188	4.643	1.782	11.817
Regularização Fundiária	famílias beneficiadas	14.834	15.516	29.956	157.241	35.511	253.058
Urbanização de Favelas	famílias beneficiadas	1.319	1.717	413	369	0	3.818
Projetos e Ações de Apoio Habitacional	famílias atendidas	6.351	5.148	638	156	0	12.293

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 453.

A execução orçamentária de 2017 mostra que, no programa "Acesso à moradia adequada", o maior volume de recursos liquidado coube à "Urbanização de favelas", com R\$ 175,7 milhões, apesar de só ter executado 31,7% do aprovado na LOA. Já a "Verba de atendimento habitacional – aluguel social" liquidou R\$ 126,2 milhões, correspondendo a 122,5% do valor destinado pela LOA. Por outro lado, as atividades "Construção de unidades habitacionais" e "Construção de HIS", juntas, foram responsáveis por liquidar, em 2017, R\$ 125,9 milhões (57,8% do aprovado na LOA). "Regularização fundiária" liquidou R\$ 39 milhões, ou 35,7% do previsto pela LOA.

Na análise da relação entre valores dispendidos e resultados obtidos (no caso, famílias atendidas) é necessário considerar as dificuldades inerentes a cada atividade. As etapas de urbanização de uma favela ou de construção de uma unidade habitacional são muito mais trabalhosas, complexas e mais caras do que a destinação de aluguel social a uma família, não se podendo desconsiderar, também, os aspectos de priorização, fiscalização, controles, e outros que essa atividade requer. Entretanto, não se pode deixar de observar reiteradas disparidades existentes entre o que é planejado física e financeiramente, seja no PPA, seja na LOA, e o que é realizado. Os números evidenciam fragilidades significativas no planejamento das atividades desse programa.

Programa Proteção dos Recursos Naturais da Cidade

Esse programa tem como objetivos a preservação dos recursos hídricos, a conservação das áreas de mananciais e o monitoramento das áreas de risco, e, a única atividade que o compõe é "Execução do programa mananciais". Para ela, o PPA destinou R\$ 4,3 bilhões, dos quais foram efetivamente empenhados, ao longo de 4 anos, somente 5,2%, ou R\$ 222,6 milhões, sem que nenhuma das 72.242 famílias previstas tenha sido beneficiada. A execução orçamentária de 2017 dessa atividade não se distinguiu muito da performance do quadriênio: foram liquidados R\$ 41,3 milhões (10,2% do valor aprovado na LOA).

Também é digna de registro a constatação de que a baixa realização desse programa não é compatível com a importância ambiental para a vida na cidade que seus objetivos significam.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Déficit Previdenciário

O déficit do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) não é um problema exclusivo do município de São Paulo, fazendo parte da situação de risco fiscal de diversos entes federativos no país.

De acordo com relatório consolidado de fiscalizações na Previdência Social do Tribunal de Contas da União (TCU), elaborado a pedido da CPI da Contabilidade da Previdência, o déficit atuarial estimado para todos os Regimes Próprios de Previdência Social de Estados, municípios e Distrito Federal é da ordem de R\$ 2,8 trilhões. Além disso, o déficit do RPPS da União foi estimado em R\$ 1,2 trilhão.

No município de São Paulo, o total de segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), entre ativos (129.043), inativos (84.047) e pensionistas (23.136), gira em torno de 236.226, tendo seus gastos reflexos diretos no comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) da PMSF.

Estudo da Secretaria Municipal de Gestão (SMG) estimou o déficit financeiro, para 2017, em R\$ 4,7 bilhões (56,9%), valor que foi integralmente custeado pelo Tesouro Municipal, frente aos R\$ 3,8 bilhões, em 2016, representando, não só a manutenção mas o crescimento significativo da situação de dependência financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de São Paulo. O crescimento em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) passou de 5%, em 2009, para 11%, em 2017.

Com relação ao déficit atuarial, objeto de estudo para servir como parâmetro para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios, a situação também enseja preocupação, tendo a projeção para o déficit atuarial relativo à geração atual crescido de modo significativo ao longo dos três últimos exer-

cícios, chegando, em 2017, a aproximadamente R\$ 145 bilhões para a geração atual e R\$ 6 bilhões para a geração futura.

Quadro 17.3 - Situação atuarial projetada do RPPS, estimada nos três últimos exercícios

Rubrica	2015	2016	2017
Resultado atuarial	- 89.212.247.515,78	- 115.659.379.027,14	- 145.949.250.557,71

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls.466

Projeto de lei de Reforma da Previdência

O Executivo, diante desse quadro delicado, encaminhou novo texto do Projeto de Lei nº 621/16 à Câmara Municipal, tratando da reestruturação do RPPS, visando à reorganização do regime previdenciário dos servidores municipais, além da reestruturação administrativa do IPREM.

Posteriormente, o Executivo apresentou diversas alterações ao PL 621/2016. Apesar disso, o PL modificado foi retirado de pauta na mesma data, por um período de 120 dias, para estudos e maior debate com os servidores e a sociedade. Destaco que este TCM, através da Comissão de Avaliação e Estudos Previdenciários – CAEP, criada pela Portaria 350, de 14/06/17, e alterada pela Portaria 112, de 09/03/18, elaborou um relatório preliminar apontando irregularidades no projeto, o qual, contudo, não contemplou as últimas alterações propostas após a sua emissão.

Compensação Previdenciária

O RPPS recebeu, em 2017, a título de Compensação Previdenciária o valor aproximado de R\$ 73 milhões. O envio prévio dos requerimentos de compensação por meio do sistema